



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo Nº <u>E.14/26.955/2011</u>
Data <u>24.11.2011</u> Fls. <u>331</u>
Bohrlica

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
17º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO

PROVA ESCRITA GERAL – 11.11.2012

DIREITO ADMINISTRATIVO

TODAS AS RESPOSTAS DEVEM SER FUNDAMENTADAS, MENCIONANDO-SE,  
SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE.

1ª Questão (50 pontos)

Considerando o disposto no art. 8º da Lei Federal nº 9.074, de 07.07.95, conceitue o instituto de controle administrativo nele contemplado, indicando os seus princípios orientadores, os seus campos preferenciais de emprego, bem como o que representa, positiva ou negativamente, para a Administração Pública.

2ª Questão (50 pontos)

Agência reguladora aplica sanção pecuniária a empresa concessionária, específica e expressamente prevista na respectiva lei setorial, após o devido processo legal. A empresa formula ao Poder Concedente requerimento de conversão da sanção em investimento no objeto da concessão. Opine, na qualidade de Procurador do Estado, sobre a viabilidade jurídica do pleito da concessionária.



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo Nº 14/2010-955 120114

Data 24/11/2012 12:41:13 332

Rubrica *[assinatura]*

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
17º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO

PROVA ESCRITA GERAL - 11.11.2012

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

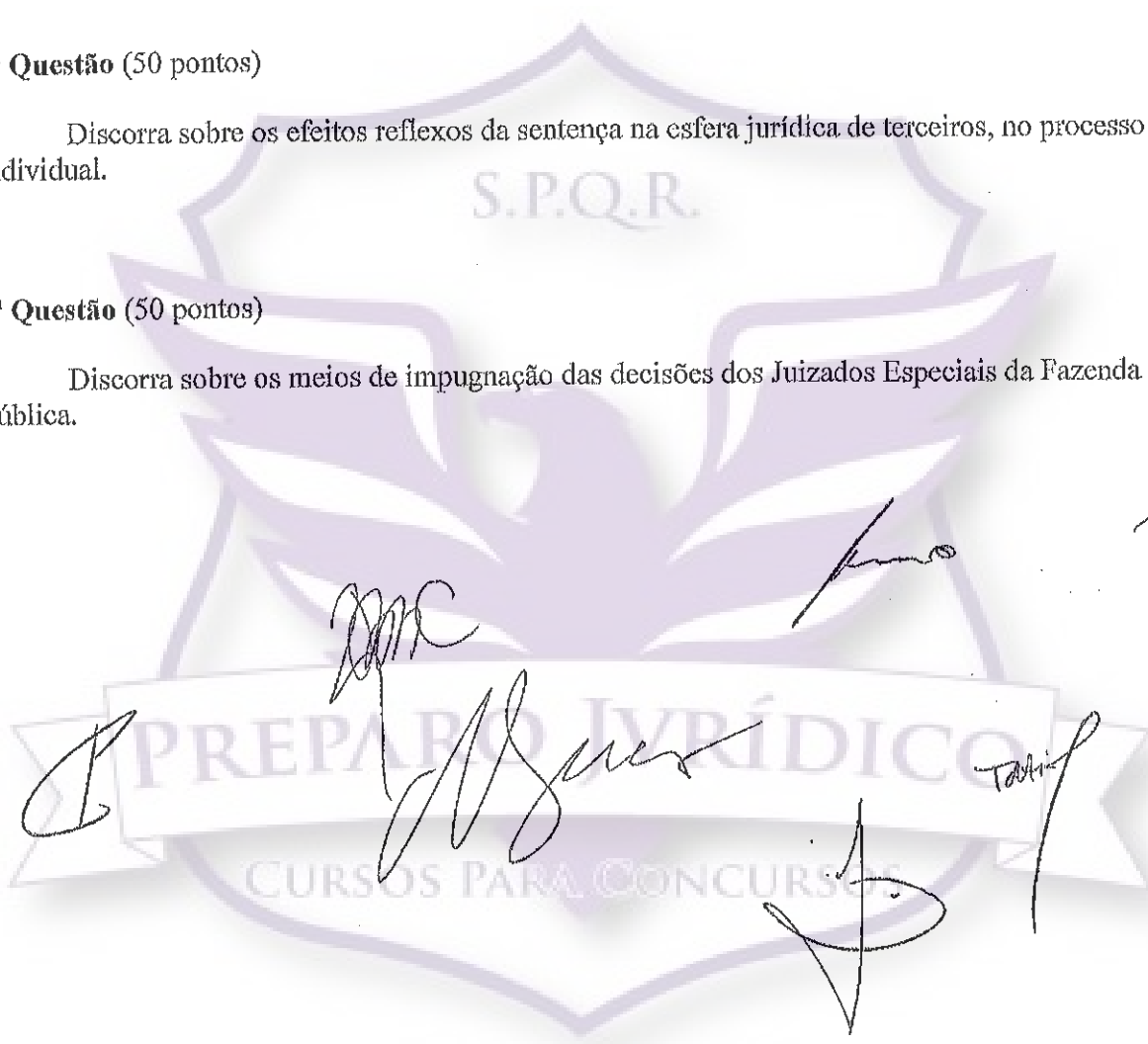
TODAS AS RESPOSTAS DEVEM SER FUNDAMENTADAS, MENCIONANDO-SE,  
SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE.

1ª Questão (50 pontos)

Discorra sobre os efeitos reflexos da sentença na esfera jurídica de terceiros, no processo individual.

2ª Questão (50 pontos)

Discorra sobre os meios de impugnação das decisões dos Juizados Especiais da Fazenda Pública.





SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo Nº E-14/26-985/2014
Data 24/11/2014 Fols. 323
Rubrica <i>[assinatura]</i>

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
17º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO

PROVA ESCRITA GERAL – 11.11.2012

DIREITO CONSTITUCIONAL

TODAS AS RESPOSTAS DEVEM SER FUNDAMENTADAS, MENCIONANDO-SE,  
SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE.

1ª Questão (50 pontos)

Analise a viabilidade de representação de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça sustentando que lei estadual sobre matéria de trânsito viola os artigos 72, 74 e 98 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro.

S.P.Q.R.

2ª Questão (50 pontos)

Com base nos direitos à vida, à moradia e à proteção do meio ambiente, o Ministério Público estadual ajuíza diversas ações civis públicas contra o Estado e o Município do Rio de Janeiro postulando a realização de obras de contenção de encostas ou o reassentamento da população em risco em diversas comunidades. O Governador consulta a PGE sobre qual a responsabilidade do Estado em relação à matéria. Alinhe os principais pontos envolvidos na questão.

*[Assinaturas manuscritas]*

PREPARO JURÍDICO  
CURSOS PARA CONCURSOS



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo Nº 141266-9582011

Data 24.11.2011 Fls. 334

Bubrica

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
17º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO

PROVA ESCRITA GERAL - 11.11.2012

DIREITO CIVIL E COMERCIAL

TODAS AS RESPOSTAS DEVEM SER FUNDAMENTADAS, MENCIONANDO-SE, SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE.

1ª Questão (50 pontos)

Devem a condição econômica do ofendido e o grau de culpa do ofensor influir na quantificação da verba compensatória por danos morais?

S.P.Q.R.

2ª Questão (50 pontos)

Em que medida o capital social é a garantia dos credores da sociedade?

*Assinaturas manuscritas:*  
- Assinatura 1 (topo esquerdo)  
- Assinatura 2 (topo central)  
- Assinatura 3 (topo direito)  
- Assinatura 4 (centro, sobre o banner)  
- Assinatura 5 (inferior esquerdo)  
- Assinatura 6 (inferior direito)

PREPARO JURÍDICO

CURSO PARA CONCURSOS



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL  
Processo Nº E.44/2009-955/2014  
Data 04/11/2014 Fis. 335  
Assinatura [assinatura]

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
17º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO

PROVA ESCRITA GERAL – 11.11.2012

DIREITO TRIBUTÁRIO

TODAS AS RESPOSTAS DEVEM SER FUNDAMENTADAS, MENCIONANDO-SE, SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE.

**1ª Questão (50 pontos)**

Discorra sobre a imunidade dos templos de qualquer culto, esclarecendo se tal imunidade abrange imóveis de propriedade de instituição religiosa alugados a terceiros, cemitérios e casas paroquiais.

**2ª Questão (50 pontos)**

Lei Estadual, com apoio em Convênio ICMS, estabelece como um dos requisitos para fruição de benefício fiscal a inexistência de crédito tributário estadual exigível. Pode usufruir o benefício o contribuinte que tem ajuizada contra si execução fiscal garantida por penhora de imóvel, e embargada?

*[Assinaturas manuscritas]*



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Processo Nº 6.14.126-955/2011

Data 24.11.2011 Fls. 336

Assinatura:

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
17º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE

PROVA ESCRITA GERAL – 11.11.2012

RELAÇÕES DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

TODAS AS RESPOSTAS DEVEM SER FUNDAMENTADAS, MENCIONANDO-SE,  
SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE.

**1ª Questão (50 pontos)**

Empregado, ao final do seu contrato de trabalho, firma termo de conciliação perante Comissão de Conciliação Prévia. Posteriormente, vem a ajuizar Reclamação Trabalhista em face do ex-empregador postulando parcelas não contidas no referido termo. Opine fundamentadamente sobre a viabilidade da pretensão.

**2ª Questão (50 pontos)**

Discorra sobre a evolução do regime de paridade nos proventos de aposentadoria do servidor público a partir da Constituição da República de 1988.

PREPARO JURÍDICO

CURSOS PARA CONCURSOS



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo nº	GM/26955/2011
Data	24/11/2011 Fls. 603
Rubrica	

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
17º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO

PROVA ESCRITA ESPECÍFICA - 02.02.2013

DIREITO ADMINISTRATIVO

TODAS AS RESPOSTAS DEVEM SER FUNDAMENTADAS, MENCIONANDO-SE,  
SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE.

**1ª Questão** - Pode o Estado demolir administrativamente pequeno imóvel residencial erguido irregularmente sem a devida licença ambiental? (15 pontos)

**2ª Questão** - Em uma concessão comum de rodovia, o edital de licitação foi elaborado com base em anteprojeto de engenharia apresentado por empresa privada, que posteriormente se sagrou vencedora do certame.

O edital previa, ainda, a possibilidade de o Estado pagar, antes da disponibilização total ou parcial da rodovia, pelos bens que serão reversíveis, entre eles a própria estrada e o edifício da administração da concessão.

Opine sobre a juridicidade da modelagem jurídica adotada na licitação (20 pontos).

**3ª Questão** - O Estado, após regular processo administrativo, aplica sanção de polícia a determinada empresa.

A empresa interpõe recurso administrativo previsto em lei e, concomitantemente, ingressa com medida judicial para questionar o mérito da decisão administrativa.

Na ação judicial o pedido é julgado improcedente.

Pendente o julgamento de recurso de apelação interposto pela empresa, pode o Estado julgar o recurso administrativo para dar-lhe provimento? (15 pontos)

**4ª Questão** - Em outubro de 2012, o Estado do Rio de Janeiro firmou com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), empresa pública federal, contrato de promessa de compra e venda de imóvel de titularidade daquela companhia, pelo valor de vinte milhões de reais, a serem pagos em vinte parcelas mensais. No instrumento firmado, a posse foi imediatamente transferida ao Estado para a execução de obras necessárias à Copa do Mundo.

No imóvel, porém, existe um prédio erguido no século XIX, a respeito do qual há parecer do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) favorável ao respectivo tombamento. Parte menor da área ainda encontra-se ocupada por um grupo de sem-teto.

A Defensoria Pública da União ajuizou contra o Estado, a CONAB e a União duas ações civis públicas referentes ao bem.

(1) Na primeira delas, alega que o prédio erguido no terreno integra o patrimônio histórico e cultural nacional e que, por isso, não pode ser demolido. Pretende, assim, que os réus sejam condenados a tombar o bem e a conferir-lhe destinação vinculada à construção de moradias populares.



<b>SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL</b>
Processo nº <u>041.26955/2011</u>
Data <u>11/11/2011</u> Fls. <u>609</u>
Rubrica <u>[assinatura]</u>

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**17º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO**  
**PROVA ESCRITA ESPECÍFICA - 02.02.2013**  
**DIREITO ADMINISTRATIVO**

TODAS AS RESPOSTAS DEVEM SER FUNDAMENTADAS, MENCIONANDO-SE,  
SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE.

(2) Na segunda, diz que os sem-teto ocupam parte do imóvel desde 2006, sem qualquer oposição da CONAB e que, portanto, têm a posse mansa e pacífica da área, tendo, inclusive, ajuizado ação de usucapião em face da empresa. Pretendem, portanto, que o Estado seja obstado a praticar qualquer ato, abstrato ou concreto, com o fim de remover os ocupantes do imóvel.

Deduz os argumentos para a defesa dos interesses do Estado nas ações civis públicas. (25 pontos).

**5ª Questão** - Um laboratório público estadual atende a ofício-circular do Ministério da Saúde, aderindo a uma política pública federal de fomento à produção de fármacos no País, que se destina a reduzir sua dependência externa no setor e promover o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológica, com fundamentação nos artigos 2º, parágrafo primeiro; 4º, parágrafo segundo, 6º, VI e X; 16, X, e 46, da Lei nº 8.080, de 19.09.1990, incentivando parcerias público-privadas entre laboratórios públicos federais, estaduais e municipais e empresas farmacêuticas.

A execução administrativa, de acordo com o previsto em portaria do Ministério da Saúde aplicável ao SUS, desenvolveu-se em duas fases. Na primeira, foi dirigida consulta por ofício-circular a todas as empresas farmacêuticas cadastradas no país, solicitando-lhes que manifestassem expressamente seu interesse em transferir tecnologia e segredo industrial ao laboratório público estadual, para produção de certos fármacos, como requisito da participação na segunda fase.

Na segunda fase, o laboratório público estadual abriu um processo licitatório visando à seleção, dentre as empresas que haviam manifestado a sua disposição em transferir a tecnologia e o segredo industrial, da que oferecesse o menor preço de venda do fármaco ao SUS durante o prazo fixado para o processo industrial de transferência.

O contrato foi assinado com a licitante vitoriosa – empresa farmacêutica nacional A. Na sequência, uma empresa farmacêutica multinacional B à qual fora dirigido ofício-circular na primeira fase, mas não havia respondido, ingressa em juízo demandando a anulação da licitação e do contrato firmado em face dos contratantes – o laboratório público estadual e a empresa farmacêutica nacional A – em razão de violação do edital e do contrato impugnados:

- a) violação ao princípio da competitividade, por ter realizado a licitação discriminando as empresas que não haviam aderido ao ofício-circular da primeira fase;

*[Assinaturas manuscritas]*





SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo nº 014/26955/2014
Data 21/11/2014 Fis. 603
Rubrica

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
17º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO

PROVA ESCRITA ESPECÍFICA – 02.02.2013

DIREITO ADMINISTRATIVO

TODAS AS RESPOSTAS DEVEM SER FUNDAMENTADAS, MENCIONANDO-SE,  
SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE.

b) violação ao princípio da impessoalidade, por afastar empresas que não querem abrir mão de sua tecnologia e de seus segredos industriais;

c) violação ao princípio da economicidade, por licitar a aquisição de produtos afastando empresas que poderiam oferecer preço inferior ao da licitante vitoriosa;

d) violação ao princípio da boa-fé, pois o contrato licitado não configuraria uma parceria público-privada, mas uma simples compra e venda.

O Governador do Estado, ciente do fato, pede que a Procuradoria Geral do Estado analise a juridicidade dos argumentos apresentados e estime a probabilidade de sobrevir decisão liminar que possa atrasar indefinidamente o programa de grande interesse do laboratório estadual.

Pede-se ao candidato que produza a análise e a estimativa solicitada devidamente itemizadas e justificadas. (25 pontos)

PREPARO JURÍDICO  
CURSOS PARA CONCURSOS



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo nº	014/2011
Data	24/11/2011
Rubrica	613

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
17º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO

PROVA ESCRITA ESPECÍFICA – 03.02.2013

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

TODAS AS RESPOSTAS DEVEM SER FUNDAMENTADAS, MENCIONANDO-SE,  
SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE.

1ª questão – Discorra sobre o ônus da prova na ação declaratória negativa. (25 pontos)

2ª questão – Disserte sobre os limites objetivos da coisa julgada na Ação de Improbidade Administrativa. (25 pontos)

3ª questão – Tendo o Estado do Rio de Janeiro celebrado compromisso arbitral, discorra sobre as medidas cautelares requeridas contra ele prévia e incidentalmente à instauração do procedimento arbitral. (25 pontos)

4ª questão – Qual a posição processual da pessoa jurídica de direito público no mandado de segurança? (25 pontos)

PREPARO JURÍDICO  
DIREITO PARA CONCURSOS



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo nº	014.26955/2011
Data	11/11/2011 Fls. 021
Rubrica	

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
17º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO

PROVA ESCRITA ESPECÍFICA – 23.02.2013

DIREITO CONSTITUCIONAL

TODAS AS RESPOSTAS DEVEM SER FUNDAMENTADAS, MENCIONANDO-SE,  
SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE.

**1ª questão (30 pontos)**

Lei que trata de TV por assinatura impõe cotas mínimas de exibição de conteúdo nacional nas grades de programação. Analise a constitucionalidade da medida.

**2ª questão (20 pontos)**

Editais de licitação estadual do tipo menor preço estabelece que a diferença de até 3% entre os preços será considerada empate ficto a ser resolvido em favor do licitante que obtiver a maior pontuação, segundo critérios ambientais predeterminados. Uma empresa impugna o edital, alegando inexistência de autorização legal para tanto e violação do art. 37, XXI da Constituição Federal. Chamado a analisar a impugnação, qual seria o seu parecer?

**3ª questão (20 pontos)**

Analisar a constitucionalidade de emenda à Constituição que:

- (i) altere as regras dos §§ 1º, 2º e 3º do art. 60 da Constituição Federal;
- (ii) inclua no § 4º do mesmo art. 60 nova cláusula pétrea.

**4ª questão (30 pontos)**

O STF apreciou uma série de mandados de injunção relativos ao aviso prévio proporcional ao tempo de serviço. Após intensos debates, o julgamento foi suspenso.

Posteriormente, foi publicada a lei que regulamenta o art. 7º, XXI, da Constituição Federal.

Em prosseguimento, o STF concluiu o julgamento dos mandados de injunção, aplicando aos casos concretos a mesma sistemática da lei recentemente publicada.

Comente a decisão do STF, com atenção às seguintes questões:

- (i) a técnica de decisão em mandado de injunção subjacente à jurisprudência contemporânea da Corte;
- (ii) a adoção dessa técnica, ou não, nos casos concretos acima referidos.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
17º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO

PROVA ESCRITA ESPECÍFICA – 24.02.2013

DIREITO CIVIL E COMERCIAL

TODAS AS RESPOSTAS DEVEM SER FUNDAMENTADAS, MENCIONANDO-SE,  
SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE.

**1ª questão – 25 pontos**

Disserte sobre a pretensão de direito material.

**2ª questão – 25 pontos**

Tendo o fornecedor de produtos ou serviços incluído indevidamente o nome do consumidor em cadastro desabonador e restritivo de crédito, pode o consumidor, avisado da inclusão pela administradora de tal cadastro, responsabilizá-la civilmente?

**3ª questão – 25 pontos**

Em ação civil pública, foi o Estado condenado a prover todos os imóveis, onde haja atendimento à população, de plenas condições de acessibilidade para pessoas com necessidades especiais, inclusive cadeirantes.

O Estado é locatário de imóvel onde funciona a sede de uma Secretaria, no qual é atualmente inviável o ingresso em cadeira de rodas, por haver apenas escadas.

A Secretaria, antes de dotar a entrada de uma rampa, consulta a Procuradoria Geral do Estado para saber se a obra deve ou não ser feita, considerando que o imóvel não pertence ao Estado e o locador, a quem deu ciência, manifestou discordância por escrito. Indaga ainda, sendo omissa o contrato, se o custo deve ser suportado pelo Estado ou pelo locador, bem como se, pago pelo erário, haveria direito de retenção ao final do prazo locatício.

Na qualidade de Procurador do Estado designado para parecer, apresente os argumentos para responder à consulta.

**4ª questão – 25 pontos**

A sociedade empresária X atua no ramo de comércio varejista e tem dívida líquida de aproximadamente 500 milhões de reais. Necessitando de capital de giro, solicitou ao banco Y empréstimo de 50 milhões de reais, concedido mediante cessão em garantia de recebíveis de vendas por cartão de crédito. Dois meses após a concessão do empréstimo, X requer e tem deferida a sua recuperação judicial. O banco Y requer a exclusão do seu crédito dos efeitos da recuperação judicial. Já a sociedade X e o Estado, este visando ao recebimento do seu crédito tributário, defendem a sujeição do crédito de Y aos efeitos da recuperação. Indique os argumentos jurídicos que podem fundamentar as diferentes posições dos interessados e a solução mais adequada para a controvérsia.

*[Assinatura]*  
*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL
Processo nº 014 26955/2011
Data 21/11/2011 FLS. 637
Rubrica

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
17º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO

PROVA ESCRITA ESPECÍFICA – 02.03.2013

DIREITO TRIBUTÁRIO

TODAS AS RESPOSTAS DEVEM SER FUNDAMENTADAS, MENCIONANDO-SE,  
SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE.

**1ª questão – 30 pontos**

Discorra sobre o ICMS na importação.

**2ª questão – 30 pontos**

É válida Resolução do Senado Federal que estabeleça alíquota interestadual diferenciada para produtos importados com a finalidade de coibir a guerra fiscal?

**3ª questão – 20 pontos**

A União reteve parcela do Fundo de Participação dos Estados, destinada ao Estado do Rio de Janeiro, para pagamento de créditos tributários objeto de execução fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional em face do Estado do Rio de Janeiro. Como Procurador, indique os fundamentos jurídicos para a defesa do Estado contra a retenção.

**4ª questão – 20 pontos**

A Secretaria da Receita Federal do Brasil edita parecer normativo no qual conclui pela proibição de os Estados legislarem sobre imposto de renda. Por outro lado, o Estado do Rio de Janeiro edita ato normativo determinando a retenção do imposto de renda na fonte em favor do Tesouro Estadual, incidente sobre os pagamentos por ele efetuados a pessoas jurídicas em razão de prestação de serviços. Comente a validade do ato normativo estadual.

PREPARO JURÍDICO  
CURSOS PARA CONCURSOS



SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL	
Processo nº	014.26.955/2011
Data	21/11/2011 Fls. 645
Rubrica	

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
17º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO

PROVA ESCRITA ESPECÍFICA - 03.03.2013

RELAÇÕES DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

TODAS AS RESPOSTAS DEVEM SER FUNDAMENTADAS, MENCIONANDO-SE,  
SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE.

**1ª questão – 25 pontos**

Determinado clube de empregados celebrou contrato de arrendamento de espaço na sua sede para a instalação de um restaurante de comida típica. Em caso de inadimplemento das verbas trabalhistas de empregado do restaurante, indaga-se sobre a possibilidade de responsabilização subsidiária do clube de empregados pelas referidas verbas trabalhistas.

**2ª questão – 25 pontos**

Empregado que prestou serviços durante 40 (quarenta) anos para empresa sediada no Rio de Janeiro, aposenta-se e passa a residir em São Paulo, onde propõe ação na Justiça do Trabalho contra entidade de previdência complementar instituída por seu ex-empregador, questionando os critérios de correção monetária incidente sobre o benefício pago pela referida entidade. Analise a competência do juízo indicado pelo autor da ação.

**3ª questão – 25 pontos**

Bem imóvel do Estado é alienado a particular mediante dispensa de licitação, com o propósito de instalar estabelecimento industrial e com base em parecer favorável de Procurador do Estado. Ajuizada ação popular pleiteando a invalidação do ato e o ressarcimento dos prejuízos sofridos pela Administração Pública, o parecerista foi incluído no pólo passivo. Declarada a nulidade do ato e constatado o prejuízo, indaga-se:

- O Procurador do Estado pode vir a ser responsabilizado pelo pagamento da indenização fixada judicialmente?
- É devida a imposição de sanção disciplinar ao Procurador?

**4ª questão – 25 pontos**

Procurador do Estado aposentado em 1995 prestou novo concurso público e, em 1996, foi aprovado para o cargo de Procurador da República, tomando posse e entrando em exercício no mesmo ano. Passados mais de dez anos e após completar 70 (setenta) anos de idade, apresentou requerimento administrativo à Procuradoria Geral do Estado, formulando os seguintes pedidos alternativos:

- percepção simultânea dos proventos dos cargos de Procurador do Estado e de Procurador da República;
- emissão de certidão de tempo de contribuição relativa ao período em que foi Procurador do Estado com o objetivo de averbação deste tempo junto ao órgão federal para fins de percepção de aposentadoria mais vantajosa no cargo de Procurador da República.

Na condição de Procurador do Estado, analise fundamentadamente os requerimentos formulados.